



REUNIÃO DA SBPC

Barreiras para o país estimular a inovação

Burocracia, crise educacional e custos elevados são fatores críticos no Brasil, avaliam especialistas reunidos na UnB

» RAPHAEL PATI*
» TAÍSA MEDEIROS

Beto Monteiro/ Ascom UnB



Instituto Central de Ciências da UnB: para especialistas, instituições de ensino superior precisam de políticas públicas favoráveis à ciência

As universidades têm como missão contribuir para a evolução da sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão. Mas esse papel, no Brasil de 2022, se mostra extremamente difícil. Burocracia, custos elevados, falta de recursos e a calamidade educacional brasileira são alguns dos obstáculos para esse processo, segundo pesquisadores participantes do 74º encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na Universidade de Brasília (UnB).

Esse foi um dos temas debatidos na mesa-redonda *Os Caminhos da Inovação no Brasil*. O professor da Unicamp Fernando Galembeck, com pós-doutorado em química, listou as vantagens e desvantagens do país no caminho para torná-lo mais atrativo para a inovação. Entre os fatores positivos, o docente incluiu a adoção do ESG (governança ambiental, social e corporativa — em tradução livre) por vários atores do processo industrial.

Já os fatores que dificultam o processo inovador no país estão o Custo Brasil, o excesso de burocracia e ineficiência do poder público em favorecer um ambiente criativo. Outros pontos negativos são falta de infraestrutura e acompanhamento esparso dos investimentos públicos nas pesquisas de inovação.

“O que se espera que ocorra? Planejamento de ações com ênfase em temas que demandam ciência e tecnologia — que não são poucos —, e são todos passíveis de resolver, a custos relativamente baixos, para missões orientadas, tendo como foco educação, ciência e tecnologia. Isso é o que a gente espera”, argumentou Galembeck.

Educação básica

Diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), Jorge Guimarães lamentou o baixo estímulo à inovação no país. Na visão dele, isso ocorre,

em parte, pela precariedade do ensino básico.

“Na educação os dados são dramáticos: 7% são analfabetos absolutos e 29% são analfabetos funcionais. Ou seja, é a geração nem-nem, que é um patrimônio do Brasil. Isso, quando a gente vai para a população negra, fica muito mais grave”, aponta.

Para o superintendente do Sebrae-DF, Valdir Oliveira, a pandemia de covid-19 afetou profundamente as pequenas empresas em todos os aspectos, e isso incluiu a inovação. Ele entende que é preciso garantir recursos para os pequenos negócios sobreviverem e assim tenham chance de inovar.

“Não podemos tratar os desiguais de forma igual nesse instante, em termos de política pública, porque seguramente, o que vai falar mais alto é a sobrevivência”, frisou. “É o resgate daqueles que sofreram e estão sofrendo as consequências de uma crise econômica, vindo de uma crise sanitária”, avaliou.

O papel do Estado ante a crise

Os rumos econômicos do Brasil também foram assunto do 74º encontro da SBPC. Pesquisadores de diferentes universidades avaliaram quais são os maiores desafios contemporâneos e o que acreditam serem os caminhos possíveis rumo a um futuro econômico mais promissor.

O economista Eduardo Moreira acredita que o ultraliberalismo na economia defendido pelo atual governo pode causar uma profunda distorção, resultando em uma “disputa desigual e covarde”. Ele se disse contrário, por exemplo, às privatizações. “Estamos acabando com os instrumentos do Estado até para poder mudar alguma coisa”, afirmou.

Além disso, Moreira avaliou que a dependência do Brasil em adquirir tecnologias, cotadas em dólar, coloca o país em desvantagem para o fomento à ciência — o que estaria diretamente ligado ao crescimento econômico. “A

gente não consegue competir, estamos ficando para trás tecnologicamente. Como se corrige isso sem investimento nas universidades?”, questionou.

Os pesquisadores apontaram, ainda, que, diante da crise, os cortes feitos no orçamento prejudicam, principalmente, as áreas sociais. A professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Esther Dweck explicou que a grande perversidade do orçamento, este ano, foi a limitação impostas pelo teto de gastos.

“No ano passado, se houve cortes por perda de arrecadação, este ano está havendo cortes por conta do teto de gastos, porque a arrecadação bombou. Haveria recursos para gastar, mas não se pode por conta do teto de gastos”, descreveu. A pesquisadora lembrou, a tentativa de redução das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (FNDCT), barrada pelo Congresso. Por conta disso, o corte de despesas nos demais ministérios e órgãos do governo será mais rigoroso e vai atingir mais as áreas de Saúde e Educação.

O professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Face) da UnB Nelson Barbosa Filho questionou o papel do Estado diante da crise. “Há uma instabilidade institucional: temos feito recorrentemente mudanças não recorrentes”, apontou, citando como exemplo a PEC dos Benefícios aprovada recentemente.

Para o pesquisador, o grande erro cometido foi a realização de ajustes fiscais durante a recessão. “Qualquer reequilíbrio fiscal vem junto ou depois com o crescimento econômico. Ajuste fiscal que dá certo é o que é feito na expansão, e não na recessão”, avaliou. (TM)

Vulneráveis ao assédio

» *ISABEL DOURADO*

Embora as denúncias de assédio sexual estejam em maior evidência, as universidades ainda enfrentam dificuldades em combater esse crime, tipificado há 21 anos. Essa é a conclusão de especialistas convidados para debater o tema na 74ª reunião anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC).

“As redes sociais influenciaram muito as denúncias de assédio. Normalmente as universidades se sentem agredidas quando se tem uma denúncia dessa e não sabem como lidar. Mas isso está mudando. Os coletivos feministas e os movimentos sociais influenciaram para que isso fosse mudando. A mídia também demandou ações institucionais.”

No ambiente universitário, o assédio sexual e moral torna-se mais grave quando a mulher se encontra em uma hierarquia inferior ou caso seja dependente de uma bolsa da instituição.

A professora da Universidade de Brasília Valeska Zanello afirma que a cultura machista dificulta o combate ao assédio. “As universidades ainda são marcadas pelo mandato do patriarcado, poder e hierarquia, funcionamento de duas “leis” simbólicas: a ignorância cultivada e a culpa do “não-saber” por quem pratica o assédio. Muitas das vezes as consequências que as vítimas sofrem são nefastas e podem atingir tanto seu projeto de vida quanto seu projeto profissional e a saúde mental da pessoa.”

Thiago Pierobom afirma que é fundamental que haja educação e campanhas nas universidades. “Nós precisamos mudar a nossa cultura. Se não há mecanismos de controle, o assédio sexual irá acontecer. É necessário mapear o problema, listar as diretrizes éticas do que é permitido e do que não é permitido fazer no relacionamento entre professor e aluna e desenhar soluções para o problema”, disse.

*Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

SAÚDE

Covid é mais letal para crianças até três anos

Desde março de 2020, quando a covid-19 começou a se disseminar no Brasil, a doença causou no país a morte de 539 crianças entre 6 meses e 3 anos de idade. Esse número, atingido em pouco mais de dois anos de pandemia, é mais que o triplo do total de mortes que outras 14 enfermidades causaram juntas em um período de 10 anos.

Entre 2012 e 2021, neurotuberculose, tuberculose miliar, tétano neonatal, tétano, difteria, coqueluche, poliomielite, sarampo, rubéola, hepatite B, caxumba, rubéola congênita, hepatite viral congênita e meningite meningocócica do tipo B tiraram a vida de 144 crianças entre 6

539
crianças entre seis meses e três anos morreram de covid-19 desde o início da pandemia

meses e 3 anos de idade. Embora sejam enfermidades capazes de matar, todas elas podem ser prevenidas por vacinas.

O levantamento, divulgado ontem, foi realizado por pesquisadores do Observatório de

ED ALVES/CB/D.A.Press



Vacinação contra a covid-19 ainda não cobre crianças até três anos

Saúde na Infância da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Eles elaboraram a comparação a partir de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

As 14 doenças consideradas no levantamento integram a Lista Brasileira de Mortes Evitáveis para menores de 5 anos. Trata-se de uma relação criada por especialistas da saúde infantil, sob a coordenação do

Ministério da Saúde. Algumas dessas enfermidades não causaram morte infantil nos últimos 10 anos. Um exemplo é a poliomielite, erradicada no país desde 1994.

Diferentemente das 14 doenças, não há ainda um imunizante contra a covid-19 aprovado para a faixa etária estudada. Há duas semanas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso da vacina CoronaVac em crianças entre 3 e 5 anos de idade. Aquelas com mais de 5 anos já estavam sendo atendidas no Plano Nacional de Imunização (PNI) desde janeiro.

Novos casos

Ainda ontem, o Ministério da Saúde divulgou novos números sobre a pandemia de covid-19 no país. De acordo com levantamento diário feito pela pasta, o Brasil registrou, em 24 horas,

30,6 mil novos casos da doença e 179 óbitos.

Desde o início da pandemia, o país acumula 33,6 milhões de casos confirmados e 677,1 mil mortes registradas. Os recuperados somam 32 milhões (95,3% dos casos).

O estado de São Paulo tem o maior número de casos acumulados, 5,8 milhões, e de mortes, 172,5 mil. Em seguida, aparecem Minas Gerais (3,7 milhões de casos e 62,7 mil óbitos); Paraná (2,6 milhões de casos e 44,3 mil mortes) e Rio Grande do Sul (2,6 milhões de casos e 40,3 mil óbitos).

Conforme o vacinômetro do Ministério da Saúde, 462,1 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 já foram aplicadas, sendo 177,9 milhões da primeira dose; 158,8 milhões da segunda dose, além de 100,5 milhões da primeira dose de reforço e 15,1 milhões do segundo reforço. (Agência Brasil)